

3.

A Reconstrução do Materialismo Histórico nos Estudos Internacionais: As Perspectivas Neogramscianas da Economia Política Global

“Continuar e desenvolver a forma de pensar de Gramsci é mais fiel ao seu propósito do que mumificar seu texto”

Robert W. Cox

3.1.

Introdução

Apresentando-se como uma alternativa ao *mainstream* dos estudos internacionais, em meados da década de 1980 nota-se, a partir do trabalho de Robert W. Cox, o surgimento de perspectivas neogramscianas da economia política global, perspectivas estas que, empregando vários *insights* oriundos do pensamento do marxista italiano Antonio Gramsci, se caracterizam como abordagens materialistas históricas da transformação social. Contudo, é importante destacar que os autores vinculados a essas perspectivas²³ não se inspiram apenas em Gramsci, mas também em outros autores, como Karl Marx, Fernand Braudel, Karl Polanyi e Robert W. Cox, por exemplo. Como afirma Gill:

“Em outras palavras, as notas de Gramsci em relações internacionais necessitam de ser vinculadas a uma reconstrução do pensamento materialista histórico em um sentido mais amplo, a fim de evitar um novo sectarismo intelectual” (Gill, 1994a:1).

Destarte, para os neogramscianos ler Gramsci é relê-lo à luz de novos contextos, ou seja, é atualizar, revitalizar as particularidades que se encontram presentes em sua obra, particularidades estas que são perfeitamente capazes de suscitar novas reflexões sobre o mundo e seus acontecimentos. Assim, a opinião de tais teóricos é a de que, atualmente, se faz impreterível o desenvolvimento de novas abordagens das relações internacionais, abordagens estas que, desenvolvidas através da elaboração de formas dialéticas de explicação

historicamente integradas, se tornam apropriadas para explicar as condições da atual conjuntura mundial. Na verdade, como afirmou Cox,

"(...) Gramsci não tinha muito a dizer diretamente acerca das relações internacionais. Sem embargo, eu achei que o pensamento de Gramsci foi útil para o entendimento da organização internacional com a qual eu estava principalmente interessado. Particularmente valioso foi o conceito de hegemonia, mas também o foram uma gama de outros conceitos relacionados que ele desenvolveu por conta própria ou a partir de outros" (Cox, 1994a:49).

Ora, não há uma interpretação consensual dos pensamentos de Gramsci concernentes à teoria social, pensamentos estes que, segundo alguns autores, se caracterizam pela carência de uma sistematização mais profunda (Hall, 2003:296; Anderson, 2002:15; Cruz, 2000:42 e Gill, 1994:2)²⁴. Desta forma, seguindo Cruz (Cruz, 2000) pode-se afirmar que o que importa não é a fidelidade às fontes, mas sim identificar o que a aplicação dos “velhos conceitos gramscianos” às hodiernas problemáticas das relações internacionais produz e qual a sua qualidade²⁵.

Dito isto, o objetivo do presente capítulo é o de apresentar, mesmo que de maneira não exaustiva, os principais pontos das perspectivas neogramscianas da economia política global. Tal apresentação é de extrema relevância na medida em que tais perspectivas têm se firmado, nos últimos anos, como importantes perspectivas críticas no âmbito dos estudos internacionais. Além disso, cumpre destacar a pertinência política de tais perspectivas na medida em que estas buscam contribuir não apenas para o entendimento e para a crítica da realidade global contemporânea mas também para sua transformação. Destarte, buscar-se-á apresentar, mesmo que de maneira não exaustiva, três perspectivas neogramscianas – a saber, as perspectivas de Robert W. Cox, Stephen R. Gill e Mark E. Rupert –, algumas das críticas colocadas a estas bem como a posição ocupada por estes no debate teórico dos estudos internacionais.

²³ Dentre os neogramscianos cumpre destacar o trabalho seminal de Robert Cox e as contribuições de Stephen Gill, Craig Murphy, Mark Rupert, Kees van der Pijl, Henk Overbeek, William I. Robinson e Adam Morton, dentre outros.

²⁴ É interessante neste ponto a reprodução de parte da advertência feita pelo próprio Gramsci com relação ao caderno 11: “As notas contidas neste caderno, como nos demais, foram escritas ao correr da pena, como rápidos apontamentos para ajudar a memória” (Gramsci, 2004:85).

²⁵ Destarte, como afirma Morton fazendo alusão a Buttigieg, “O que importa em última instância ‘é a forma pela qual o legado de Gramsci é interpretado, transmitido e usado de maneira pela qual ele (possa) permanecer sendo uma ferramenta útil não apenas para as análises críticas da hegemonia mas também para o desenvolvimento de uma política e uma cultura alternativas” (Morton, 2003b:172).

3.2.

Hegemonia e Relações Internacionais: Três rotas para um encontro necessário

Vários são os nomes e rótulos dados às várias perspectivas que, partindo da inspiração e do referencial teórico gramscianos, buscam estudar e entender os diversos fenômenos contemporâneos da economia política global. “Marxismo Aberto”, “Historicismo Coxiano”, “Neogramscianismo”, “Materialismo Histórico Transnacional”, “Transnacionalismo Gramsciano”, “Escola Italiana das Relações Internacionais” e “Escola Neogramsciana” são apenas alguns exemplos. O ponto comum entre essas perspectivas seria a aplicação do método materialista histórico ao estudo das relações sociais transnacionais²⁶, o que compreenderia: 1) uma filosofia materialista da história que levaria ao primado ontológico das relações sociais de produção; 2) uma rejeição da separação entre sujeito e objeto – característica do positivismo – e a adoção de um entendimento dialético da realidade como uma totalidade dinâmica e como uma unidade de opostos; 3) o método de abstração de Marx, conforme este explicitou na introdução aos *Grundrisse*.

Todavia, a despeito desses pontos comuns, há diferenças de enfoque entre as diversas “perspectivas neogramscianas”²⁷ existentes. Destarte, buscar-se-á neste ponto apresentar as perspectivas de três autores particulares: Robert W. Cox, Stephen R. Gill e Mark E. Rupert. Reputa-se oportuno destacar que, por ser Cox o pioneiro nas análises neogramscianas, sua obra é referência para todos os demais autores, o que demanda uma atenção maior para com a mesma.

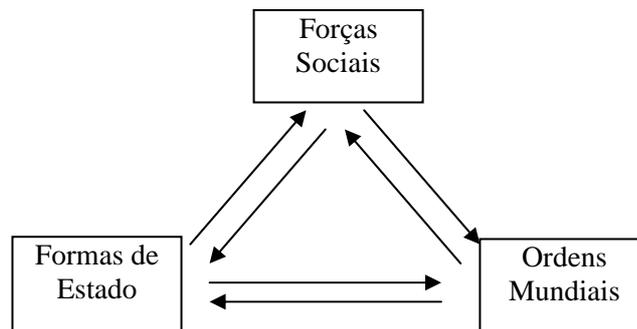
²⁶ Tais autores neogramscianos reconhecem que, embora o materialismo histórico não seja algo unívoco mas objeto de constantes controvérsias e redefinições, seu *insight* central reside na já citada afirmação de Marx: “*Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos*” (Marx, 1974:17). Ou seja, eles reconhecem, assim como Marx, o poder dos agentes sociais para construir e reconstruir seu mundo, sua realidade social – embora tal poder deva ser entendido em termos de suas circunstâncias históricas e sociais específicas.

²⁷ Acerca do conceito de “perspectiva neogramsciana”, ver a introdução desta dissertação. Para maiores detalhes, ver Morton, 2001.

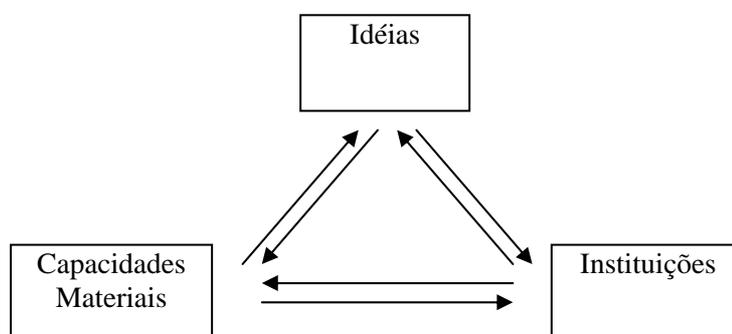
3.2.1. Robert W. Cox

De acordo com Cox, os padrões das relações de produção seriam o ponto de partida para a análise tanto da operação quanto dos mecanismos de hegemonia. Contudo, ao contrário do que se poderia imaginar, isso não significa um reducionismo de toda a realidade social à produção em um sentido econômico, já que produção aqui é entendida em um sentido mais amplo, não sendo confinada unicamente à produção de bens físicos. Na verdade, “*ela cobre a produção e a reprodução de conhecimento e das relações sociais, da moral e das instituições que são pré-requisitos para a produção de bens físicos*” (Cox *apud* Morton, 2003b:155). Tais padrões dizem respeito aos modos das relações sociais de produção que, por sua vez, estão intimamente relacionados às configurações das forças sociais engajadas no processo de produção. Destarte, mediante o conhecimento dos diferentes modos de relações sociais de produção é possível identificar como relações cambiantes de produção dão lugar a forças sociais particulares que se tornam as bases do poder tanto dentro quanto através dos Estados, bem como dentro de uma ordem mundial específica.

A relação entre produção e poder é fundamental, e neste sentido Cox busca analisar como o poder nas relações sociais de produção pode dar origem a certas forças sociais, como estas forças sociais podem se tornar as bases do poder nas formas de Estado e como estas formas de Estado podem moldar a ordem mundial. De maneira mais específica, seriam três as esferas de atividade que constituem uma estrutura histórica: (1) a organização da produção, com destaque para as *forças sociais* engendradas pelo processo de produção; (2) as *formas de Estado*, que dizem respeito aos complexos Estado/sociedade civil historicamente contingentes; (3) as *ordens mundiais*, isto é, as configurações particulares de forças que definem sucessivamente a problemática da guerra e da paz (Cox, 1986:220). Tais esferas de atividade se encontram representadas esquematicamente na figura 1:

Figura 1

Considerando dialeticamente o relacionamento existente entre as três esferas de atividade supracitadas, é possível representar o processo histórico através de uma configuração particular das estruturas históricas. É importante notar que não há um relacionamento unilateral entre as três esferas de atividade e que o ponto de partida para explicar o processo histórico pode variar (Cox, 1986:221). Nota-se, ainda, que dentro de cada uma das três esferas de atividade há três outros elementos que se combinam dialeticamente para constituir uma estrutura histórica: (1) *idéias*, entendidas aqui tanto como significados intersubjetivos quanto como imagens coletivas acerca da ordem mundial; (2) *capacidades materiais*, que dizem respeito a recursos acumulados; (3) *instituições*, que são o amálgama entre os dois elementos anteriores. Tais elementos também se encontram esquematicamente representados abaixo (figura 2):

Figura 2

Cox desenvolve este quadro de análise (*framework*) a fim de analisar as estruturas históricas que têm existido temporalmente dentro do sistema capitalista de produção. Destarte, seu ponto de partida é a ordem mundial, e é a partir desse ponto que a noção de hegemonia começa a desempenhar um papel, mesmo que discreto, em seu arcabouço teórico (Cox, 1987).

Para Gramsci o conceito de hegemonia está, via de regra, intrinsecamente ligado ao Estado-Nação, o que poderia, através de uma leitura equivocada de sua obra, induzir à conclusão de que este conceito diz respeito apenas a um fenômeno exclusivo das relações de força internas do Estado. Contudo, Mello afirma que

“A restrição de sua aplicabilidade unicamente ao ‘momento nacional’, se não tematizada com o devido cuidado, pode conduzir a uma dissimulação equivocada (...) do potencial teórico do conceito, de seu alcance sociológico” (Mello, 1996:26).

Voltando os olhares especificamente para Gramsci, nota-se que ele chama atenção para o fato de que mudanças básicas na ordem mundial – mudanças estas que podem ser observadas como mudanças no equilíbrio geopolítico e estratégico-militar – remontam, necessariamente, a mudanças fundamentais nas relações sociais. Além disso, ele também adverte que toda relação de hegemonia ultrapassa os limites de uma nação específica, envolvendo relações mais complexas e tendo como base de atuação não o Estado em específico, mas sim o âmbito mundial. Assim,

*“As relações internacionais precedem ou seguem (logicamente) as relações sociais fundamentais? Indubitavelmente seguem. Toda inovação orgânica²⁸ na estrutura modifica organicamente as relações **absolutas** e **relativas** (grifo do autor) no campo internacional, através das suas expressões técnico-militares”* (Gramsci, 2002b:20).

e

“Toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica, e se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais” (Gramsci, 2004:399)²⁹.

²⁸ Gramsci entende como “orgânico” aquilo que é estrutural, de longo-prazo ou relativamente permanente, em oposição ao que é de curto-prazo ou “conjuntural”. Para maiores detalhes, ver Cox, 1994.

²⁹ Sobre o caráter pedagógico da hegemonia ver Gruppi, 1978:78.

Vê-se, assim, que o Estado permanece sendo, em Gramsci, uma entidade fundamental das relações internacionais e o local onde ocorrem os conflitos sociais, sendo assim também o local onde se dá a construção da hegemonia. Não obstante, o Estado é aqui entendido em seu sentido “ampliado”, o que, como visto anteriormente, inclui sua própria base social e rompe, desta forma, com visões mais estreitas e superficiais do Estado que reduzem este à burocracia responsável pela política externa ou às capacidades militares estatais. Assim,

“Hegemonia no nível internacional é (...) uma ordem dentro da economia mundial com um modo dominante de produção que penetra em todos os países e se vincula a outros modos subordinados de produção. É também um complexo de relações sociais internacionais que conectam as classes sociais dos diferentes países. Hegemonia mundial é uma estrutura social, uma estrutura econômica e uma estrutura política; e não pode ser simplesmente apenas uma dessas, mas deve ser todas as três. Hegemonia mundial, além disso, é expressa em normas universais, instituições e mecanismos que colocam regras gerais de comportamento para os Estados e para aquelas forças da sociedade civil que atuam através das fronteiras nacionais – regras que sustentam o modo dominante de produção” (Cox, 1994a:61-62).

A construção de um bloco histórico seria assim um fenômeno nacional, no qual uma classe hegemônica se manifestaria como um fenômeno internacional na medida em que representa o desenvolvimento de uma forma particular de relações sociais de produção. Ou seja, uma vez que a hegemonia tenha sido consolidada domesticamente, ela pode ir para além de uma ordem social particular, se expandindo, assim, em uma escala mundial (Cox, 1987: 149, 150).

Destarte, nota-se que, para Cox, as forças sociais podem atingir a hegemonia tanto dentro de uma ordem social nacional quanto na ordem mundial através da promoção e da expansão de um modo de produção. A hegemonia pode, desta forma, ser operada em dois níveis: pela construção de um bloco histórico e pelo estabelecimento da coesão social dentro de uma forma de Estado bem como mediante a expansão internacional de um modo de produção e pela projeção dessa hegemonia através da ordem mundial. Todavia, o ponto de partida nacional seria vital: *“uma hegemonia mundial é assim no seu início uma expansão de uma hegemonia interna (nacional) estabelecida por uma classe social dominante”* (Cox, 1994a:61).

Dito isto, faz-se oportuno ressaltar um dos mecanismos através do qual as normas universais da hegemonia mundial são expressas: as organizações internacionais, que funcionam como o processo mediante o qual as instituições de

hegemonia e sua ideologia são desenvolvidas. Dentre os vários aspectos das organizações internacionais que expressam seu papel hegemônico destacam-se os seguintes:

“(1) elas incorporam as regras que facilitam a expansão das ordens mundiais hegemônicas; (2) elas próprias são produto das ordens mundiais hegemônicas; (3) elas legitimam ideologicamente as normas da ordem mundial; (4) elas cooptam as elites dos países periféricos e (5) elas absorvem as idéias contra-hegemônicas” (Cox, 1994a:62).

As organizações internacionais, ao mesmo tempo, incorporam regras que facilitam e promovem a expansão das forças sociais e econômicas dominantes e permitem o ajuste e a incorporação dos interesses dos grupos subordinados com o mínimo de conflito. Elas, assim como as regras internacionais, são, via de regra, iniciadas pelo Estado que estabelece a hegemonia ou, no mínimo, necessitam do apoio deste. O Estado dominante busca garantir a aquiescência dos demais Estados seguindo a hierarquia de poder existente dentro da estrutura inter-estatal de hegemonia. Ou seja, alguns países de destaque no âmbito internacional são consultados e seu apoio é garantido. Além disso, faz-se necessário também o consentimento de alguns dos países periféricos. Em outras palavras, há uma estrutura informal de influência que reflete os diferentes níveis de poder político e econômico que se encontra subjacente aos processos formais de decisão.

Além disso, organizações internacionais também desempenham um papel ideológico na medida em que contribuem na definição de guias de políticas públicas a serem adotadas pelos Estados e legitimam certas instituições e práticas no âmbito nacional, refletindo orientações favoráveis às forças sociais econômicas dominantes. Somado a isso, há também o processo de cooptação das elites periféricas mediante o fenômeno do transformismo: funcionários das instituições internacionais originários dos países periféricos, mesmo que busquem, através das instituições, “transformar o sistema por dentro”, trabalham, inexoravelmente, dentro das estruturas da revolução passiva. O fenômeno do transformismo também absorve idéias potencialmente contra-hegemônicas, tornando estas consistentes com a hegemonia prevalecente.

Vinculada a esta questão Cox introduz, em 1981³⁰, o conceito de internacionalização do Estado com o intuito de explicar os mecanismos usados

para a manutenção da hegemonia no período da *Pax Americana*. Tais “*mecanismos de vigilância*” (Cox, 1986:231) incluíam as instituições de Bretton Woods suplementadas por estruturas que visavam a harmonização das políticas nacionais em âmbitos como a defesa (através da OTAN) e a política macroeconômica (através da OCDE). De maneira mais elaborada, Cox nota que mediante o processo de internacionalização “*um Estado se torna parte de uma estrutura política mais ampla e mais complexa que é a contraparte da produção internacional*” (Cox, 1987:253).

Através do processo de internacionalização do Estado certas agências estatais passam a ter uma certa precedência – em especial, aquelas ligadas à área financeira: “*(...) os ministros das finanças e os gabinetes dos primeiros-ministros*” (Cox, 1986:232). Tais agências seriam pontos fundamentais no processo de ajuste das políticas econômicas domésticas. Assim, ministros das indústrias, do planejamento e do trabalho, por exemplo, tendem a ser subordinados aos órgãos centrais da política pública internacionalizada – o que reflete o domínio do setor da economia do país orientado para a economia mundial sobre aquele de orientação mais nacional.

Em suma, tal processo pode ser resumido em três pontos:

1. Um processo de formação de consenso interestatal concernente às necessidades ou requerimentos da economia mundial que toma lugar dentro de uma estrutura ideológica comum;
2. A participação na formação desse consenso é algo hierarquicamente estruturado;
3. As estruturas internas dos Estados são ajustadas de tal forma que cada uma passa a transformar o consenso global em política nacional, estruturas internas dos Estados aqui entendidas tanto como a máquina governamental quanto como o bloco histórico que sustenta o Estado (em seu sentido ampliado).

Isso nos leva à questão da contra-hegemonia, ou seja, à questão das estratégias mais adequadas para a transformação da estrutura da ordem mundial.

³⁰ Tal artigo foi reproduzido em uma coletânea editada por Keohane em 1986. Ver Cox, 1986. Para uma interpretação distinta, ver Picciotto, 1991.

Em primeiro lugar, há pouquíssimo espaço (se é que há algum) para uma guerra de movimento no âmbito internacional mediante o controle das superestruturas das instituições internacionais, uma vez que essas superestruturas não se encontram conectadas de uma maneira adequada a qualquer base política popular. Na verdade, elas se encontram ligadas às classes hegemônicas dos países centrais, tendo assim uma ampla base nesses países. No tocante aos países periféricos, tais superestruturas das instituições internacionais se encontram ligadas apenas mediante a revolução passiva.

Ora, uma vez que a ordem mundial tem como sustentáculo as relações sociais, uma mudança estrutural significativa na ordem mundial remonta, necessariamente, a uma mudança fundamental nas relações sociais. Nos termos gramscianos, tal transformação se daria mediante a emergência de um novo bloco histórico. Há, assim, a necessidade de que se mude o problema da transformação da ordem mundial das instituições internacionais para o âmbito da sociedade civil.

Ou seja, somente uma guerra de posição pode, no longo prazo, gerar transformações estruturais orgânicas, o que envolve a construção de uma base político-social para a mudança através da criação de um novo bloco histórico. neste sentido, a sociedade civil, enquanto *locus* do embate pela hegemonia, é o local privilegiado da luta pela construção de um novo bloco histórico. Seguindo o raciocínio acima desenvolvido, Cox em suas digressões gramscianas na década de 1980 – neste caso, mais especificamente em 1983³¹ – vê a construção de um bloco histórico contra-hegemônico possível somente a partir exclusivamente do contexto nacional. Em suas palavras,

“o contexto nacional permanece sendo o único lugar no qual um bloco histórico pode ser fundado, embora as condições da economia mundial e da política mundial influenciem materialmente os prospectos de tal empreitada (...). A tarefa de mudar a ordem mundial começa com um longo e trabalhoso esforço para construir novos blocos históricos dentro das fronteiras nacionais” (Cox, 1994a:64,65).

Sem embargo, o pensamento de Cox não é algo estático; pelo contrário, nota-se um desenvolvimento e uma sofisticação constante em seu pensamento desde de suas produções na década de 1950 até os dias de hoje³², desenvolvimento

³¹ Tal artigo foi reproduzido em uma coletânea editada por Gill. Ver Cox, 1994a.

³² Para uma coletânea de uma parte relevante dos artigos de Cox, ver Cox & Sinclair, 1996; para uma análise da evolução do pensamento de Cox, ver Sinclair, 1996 e Mittelman, 1998.

e sofisticação estes que se encontram intimamente ligado aos próprios desenvolvimentos e desdobramentos da realidade mundial. Como o próprio Cox afirma,

“A teoria segue a realidade. Ela também precede e molda a realidade. Isto é, há um mundo histórico real no qual as coisas acontecem; e a teoria é feita através de uma reflexão sobre o que tem acontecido” (Cox, 1996a:145).

A teoria não é, assim, para Cox, um conhecimento absoluto, uma revelação final ou um conhecimento racional completo sobre as leis da história. Neste sentido, refletindo acerca das transformações das relações econômicas e sociais presenciadas a partir da década de 1970, ele começa a incorporar a questão da globalização em seu aparato teórico e conceitual (Cox, 1994b). Para Cox, existiriam dois significados para globalização: primeiro, o complexo de forças, nascido da crise dos anos 1970, que abalou os diferentes complexos de forças que se encontravam consolidados desde o fim da II Guerra Mundial. A despeito desse caráter “histórico real”, haveria um segundo significado, a saber, a globalização como ideologia – as forças e políticas que sustentaram as tendências da globalização como realidade histórica passam a ser vistas como inevitáveis (Cox, 1997a).

A partir da incorporação da globalização como uma nova configuração das relações econômicas e sociais pós-1970, abre-se espaço na reflexão coxiana para uma visão do âmbito global como algo distinto do âmbito internacional³³, o que leva a discussão da questão da hegemonia para além do âmbito estatal – conforme colocado anteriormente pelo próprio Cox – mas sem deixar de lado o mesmo: *“embora a resistência surja em um contexto nacional, ela é implicitamente tão global quanto as forças hegemônicas em si”* (Cox, 2001:xi); colocado de outra maneira, *“O problema da hegemonia é colocado no âmbito da economia política global assim como nos âmbitos regional, nacional e local”* (Cox, 1999:12).

Vinculam-se aqui os demais conceitos gramscianos, como o de sociedade civil e o de bloco histórico. Assim, nos últimos anos Cox passa a adotar o conceito de bloco histórico de uma maneira mais estendida a fim de lidar com as esferas internacionais, transnacionais e globais (Cox, 1999) e a fim de lidar também com a questão das civilizações. Neste ponto, ele busca um meio de

explorar as possibilidades de uma gama de supra-intersubjetividades globais e locais e de formas de comunicação que possibilitem o estabelecimento de relações entre as distintas subjetividades das diversas civilizações (Cox, 1995 e 2000), o que abriria espaço para a emergência de um padrão mais diferenciado e mais plural da ordem mundial. Assim, vê-se que Cox propõe uma ontologia mais profunda da ordem mundial que incorpora os modos de conhecimento como elementos-chave – sendo a produção de idéias e de significados intersubjetivos considerados parte da produção da vida material³⁴ (Sinclair, 1996).

No tocante ao conceito de sociedade civil, nota-se que a incorporação do conceito de globalização das relações sociais aponta para o fato de que a questão da hegemonia hoje é colocada tanto no âmbito da economia política global quanto nos níveis locais, nacionais e regionais³⁵. Além disso, nota-se também que “*essa hegemonia global tem conseqüências profundas para o relacionamento entre sociedade política e sociedade civil* (Cox, 1999:12). Neste sentido fica explícito que a política não se realiza no espaço abstrato sendo impreterível, assim, que o problema do entendimento e da transformação da ordem mundial seja direcionado para o âmbito de uma sociedade civil que vem se transformando em uma época de globalização, ou seja, para as relações sociais locais, nacionais, regionais e globais. Em suma, somente uma guerra de posição – em oposição a uma guerra de movimento – pode, no longo prazo, gerar transformações estruturais orgânicas, o que envolve a construção de uma base político-social para a mudança através da criação de um novo bloco histórico global contra-hegemônico, bloco histórico este que deve ser construído não apenas no âmbito da sociedade civil local, mas sim no âmbito de uma sociedade civil que se encontra afetada pelo processo de globalização.

³³ Para maiores detalhes acerca dessa diferenciação, ver o capítulo 5 dessa presente dissertação; ver também Scholte, 2000.

³⁴ Nas palavras de Cox, “*este sentido intersubjetivo da realidade não é postulado do idealismo filosófico. Estas entidades intersubjetivamente constituídas têm sido criadas por respostas humanas coletivas às condições materiais da existência humana (...). O Estado é uma criação histórica, uma resposta a certas condições, mesmo embora possa parecer uma realidade imutável*” (Cox, 1995:34).

³⁵ Lampejos de tal colocação já se encontravam presentes em 1981 (ver Cox, 1986) quando Cox chama a atenção para a necessidade de se pensar a existência de uma estrutura de classes não apenas nacional mas também global. Para maiores detalhes, ver Cox, 1986:234.

3.2.2. Stephen R. Gill

Outra perspectiva neogramsciana merecedora de destaque é a de Stephen Gill. Partindo da supracitada leitura de Cox acerca da ordem mundial e do papel das forças sociais no processo de feitura da história, Gill desenvolve sua perspectiva neogramsciana da economia política global³⁶. De acordo com este autor, a economia política seria campo integrado que abarca as disciplinas especializadas da política, economia e relações internacionais. Nos termos convencionais, a economia política requer a análise tanto da maneira como a política molda a economia quanto da maneira como a economia influencia a política. De maneira mais fundamental, a economia política demanda a análise da forma pela qual as idéias sobre o que constitui o político e o econômico têm emergido historicamente.

Esta leitura busca também superar a divisão entre política doméstica e política internacional, bem como a divisão entre política internacional e economia internacional. Assim, uma análise a partir da economia política não se limita às relações entre Estados e seus governos; na verdade, deve ser tanto internacional quanto global – daí o fato de Gill fazer uso do termo economia política global e não economia política internacional. Deve ficar claro aqui que tal conceituação não implica, absolutamente, a subvalorização, por parte de Gill, do papel do Estado na economia política global (Gill & Law, 1988). Em suma, em um mundo no qual as armas nucleares, os mercados de capital integrados e as ameaças ecológicas globais ultrapassaram as fronteiras nacionais, faz-se cada vez mais necessário um conceito global para lidar com a realidade social. A economia política seria, assim, o objeto de análise; na verdade, haveria a

“(...) necessidade de tomar a concepção de economia política global como a entidade ontológica, isto é, como o objeto a ser teorizado e explicado” (Gill & Law, 1986:xxiii).

³⁶ É interessante notar que, além de Gramsci e Cox, Gill também busca uma certa inspiração no trabalho de Foucault. Como ele mesmo afirma, *“minha abordagem (...) usa certas idéias foucaultianas mas as coloca dentro de uma estrutura materialista histórica a fim de esboçar um modelo de poder que seja capaz de lidar tanto com os incluídos quanto com os excluídos da economia política global” (Gill, 2003:122)*. Para uma crítica da leitura convencional de Foucault (“pós-moderna” ou “pós-estruturalista”) na teoria de relações internacionais, ver Selby, 2004.

É neste contexto de reflexão teórica que se insere a preocupação do autor com o desenvolvimento de uma perspectiva inovadora e de densa base histórica, perspectiva esta que possa ajudar no desenvolvimento de conhecimento prático acerca da política mundial e das possibilidades de transformação da ordem mundial contemporânea através da ação coletiva. A ênfase na questão ontológica – conceito este ligado às imagens da realidade que se encontram no “senso comum” e aos auto-entendimentos de um época – é, assim, algo fundamental na medida em que pode prover um meio através do qual seja possível teorizar acerca da relação dialética existente entre as transformações históricas e as inovações intelectuais e políticas (Gill, 1997c).

Neste sentido, a fim de desenvolver tal perspectiva da economia política global Gill parte de uma leitura de Gramsci, buscando aplicar internacionalmente seus conceitos com o intuito de entender a problemática da hegemonia e da formação de blocos históricos no âmbito mundial. É interessante notar que, embora a tese da internacionalização do Estado desenvolvida por Cox (Cox, 1986) tenha sido alvo de críticas, o trabalho de Gill contribuiu de maneira significativa para o entendimento desse processo como parte do caráter cambiante da hegemonia da economia política global centrada nos Estados Unidos, em especial no que diz respeito à sua análise do papel da Comissão Trilateral³⁷ (Gill, 1991). Assim como Cox, Gill vê a reestruturação global da produção em linhas pós-fordistas ocorrendo dentro de um contexto de mudança estrutural nos anos 1970. É neste período que há, segundo Gill, uma transição de um bloco histórico internacional para um bloco histórico transnacional.

De maneira mais específica, nota-se que a construção de um bloco histórico em escala internacional deve refletir uma certa congruência internacional entre forças objetivas e subjetivas, o que se manifestaria em uma coalizão internacional de interesses envolvendo mais de uma classe sob a liderança de uma fração de classe internacionalmente orientada. Devido à sua natureza “transclassista”, tal bloco é mais orgânico e enraizado na estrutura social além de ser incrustado nas formas de pensar dos indivíduos importantes ligados aos

³⁷ Gill define trilateralismo como sendo “(...) o projeto de desenvolvimento de aliança orgânica (ou relativamente permanente) entre os maiores Estados capitalistas, como objetivo de promover (ou sustentar) uma forma estável de ordem mundial que é congênita aos seus interesses dominantes. Mais especificamente, isso envolve um comprometimento com uma ordem econômica internacional mais ou menos liberal” (Gill, 1990:1).

governos e dos grupos e instituições das diversas sociedades civis assim como nos indivíduos dos Estados periféricos. Isso significa que tal aliança de forças sociais é vista como algo natural e legítimo pela maior parte de seus membros.

Desta forma, a mistura feita no período pós-II Guerra Mundial entre social-democracia, compromisso de classe em uma economia mista baseada em um regime de acumulação fordista e um comércio internacional crescente foram os ingredientes fundamentais para a formação de um bloco histórico internacional. Tal bloco incorporou uma série de interesses de classe que sustentaram não apenas a modernização das economias mistas do Ocidente mas também a ordem econômica internacional liberal. Este bloco histórico internacional – em sua maior parte transatlântico – foi construído durante os anos 1940 e 1950 e durou até o final do anos 1960.

Todavia, a partir do pós-II Guerra Mundial – e especialmente a partir do final da década de 1960 – nota-se uma rápida internacionalização da produção, ao ponto de cerca de 30 por cento dos trabalhadores da área da OCDE serem empregados por companhias transnacionais e uma série de outros trabalhadores tanto da área da OCDE quanto da periferia serem dependentes da produção transnacional e do comércio internacional para sua sobrevivência (Gill, 1990). Concomitante a este processo nota-se também uma significativa integração dos mercados de capital e de câmbio em escala global. Neste contexto, tanto os governos nacionais quanto os trabalhadores são cada vez mais constrangidos pelos recursos de poder e pela crescente mobilidade do capital transnacional. Nota-se, neste processo, a mobilização de uma emergente fração transnacional da classe capitalista que passa a desenvolver uma consciência e uma solidariedade que se expressam, por exemplo, em organizações internacionais, instituições financeiras internacionais e conselhos privados de relações internacionais.

Assim, através de uma série de coalizões baseadas em interesses compartilhados e conceitos hegemônicos acerca de “como o mundo deve funcionar”, tal fração transnacional da classe capitalista passa a ocupar, cada vez mais, o centro de um emergente bloco histórico transnacional – bloco histórico este que conta com uma liderança mais ampla que a hegemonia transatlântica do período anterior e com uma menor incorporação dos setores trabalhistas. Em suma, Gill contribui de maneira deveras relevante para a tese coxiana da internacionalização do Estado através de sua análise da transição do bloco

histórico internacional para o transnacional e, desta forma, através de seu conceito similar de transnacionalização do Estado:

“(...) um processo por meio do qual as políticas estatais e os arranjos institucionais são condicionados e mudados pelo poder e pela mobilidade das frações transnacionais do capital. Nos anos 1970 e 1980 isso deu um crescente peso para certas partes do governo, como os ministérios da finança e da economia (...)” (Gill, 1991:94).

É interessante notar que o caso da União Econômica e Monetária Européia (EMU) é analisado por Gill com base neste conceito de bloco histórico transnacional. De acordo com este autor, a pertinência de tal abordagem se daria devido ao fato deste bloco histórico transnacional neoliberal ter uma base muito significativa na Europa e, além disso, de ser este bloco o promotor da reestruturação neoliberal que vem ocorrendo na Europa e o sustentador da EMU (Gill, 2001).

Faz-se oportuno destacar dois pontos nos quais Gill de certa forma se “distancia” de Gramsci a partir do momento em que dá uma interpretação particular, *sui generis* de dois conceitos gramscianos. Em primeiro lugar, Gill se “distancia” de Gramsci no tocante ao conceito de bloco histórico na medida em que afirma que *“(...) um bloco histórico (...) pode às vezes ter o potencial para se tornar hegemônico”* (Gill, 2003:34) – o que implica, diferentemente do que coloca Gramsci, que a hegemonia não necessita de prevalecer para que um bloco histórico possa emergir. Em segundo lugar, Gill afirma em várias passagens que a consolidação do neoliberalismo dentro do supracitado bloco histórico transnacional se dá com base na supremacia mais propriamente que na hegemonia. Neste sentido, Gill afirma que a supremacia prevalece quando não há uma situação de hegemonia e a dominação é exercida através de um bloco histórico sobre uma oposição fragmentada:

“por uma situação de supremacia nós queremos dizer controle de um bloco não-hegemônico de forças que exerce domínio por um período sobre populações aparentemente fragmentadas até que uma forma coerente de oposição venha a emergir” (Gill, 2003:60).

Tal leitura do conceito de supremacia se afasta daquela dada por Gramsci, uma vez que, conforme visto anteriormente, este afirma que *“(...) a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como 'domínio' e como 'direção intelectual e moral’”* (Gramsci, 2002a:62). Ou seja, para Gramsci a supremacia

não seria apenas uma condição na qual haveria a ausência de hegemonia; na verdade, a própria hegemonia seria uma das formas de expressão da supremacia de um grupo social.

Esclarecido este ponto, nota-se que, para Gill, tal supremacia é organizada em âmbito global através de dois processos fundamentais: o novo constitucionalismo e o neoliberalismo disciplinar, concomitante à difusão da civilização de mercado. De acordo com Gill, o neoliberalismo disciplinar seria a expressão de uma contra-revolução do capital em escala mundial ocorrida nos anos 1990, revolução esta que reconstituiu o Estado e o capital assim como intensifica as hierarquias sociais associadas com as relações de classe, raça e gênero em escala mundial. Tal revolução envolve especificamente a extensão dos processos de “comodificação” e alienação baseados na intensificação da disciplina do capital nas relações sociais. Ou seja, é uma forma concreta de poder estrutural e comportamental combinando o poder estrutural do capital com o “poder capilar” e o “panopticismo” (Gill, 2002 e 2003). Este neoliberalismo disciplinar é institucionalizado via reestruturação do Estado e instituições internacionais, envolvendo a imposição de novas estruturas legais e políticas constitucionais ou quase-constitucionais, o que é chamado por Gill de novo constitucionalismo, “(...) *o projeto político de fazer do liberalismo transnacional, e se possível do capitalismo democrático liberal, o único modelo para o desenvolvimento futuro*” (Gill, 2003:131,132). Ligada a esse projeto se encontra a tentativa de disseminação global do que seria uma civilização de mercado baseada em uma ideologia do progresso capitalista; de maneira mais específica civilização de mercado seria

“(...) um movimento contraditório ou uma gama de práticas transformadoras que vinculam, por um lado, formas culturais, ideológicas e míticas entendidas amplamente como uma ideologia ou mito do progresso capitalista. (...) Por outro lado, a civilização de mercado envolve padrões de desintegração social (...)”. (Gill, 2003:118).

Tal discussão se vincula diretamente à forma como Gill vê o processo de globalização – a saber, um amplo processo de reestruturação do Estado, da sociedade civil, da economia política e da cultura. Seria, assim, uma ideologia amplamente consistente tanto com a visão de mundo como com as prioridades políticas do capital. Neste sentido, a fase contemporânea da globalização

econômica se caracterizaria por sua face neoliberal³⁸ (Gill, 1997a, 1997b, 2002 e 2003). Nota-se, assim, que Gill vê a globalização como algo novo, como uma nova configuração da realidade social. Isso fica claro em sua discussão acerca da resistência no mundo contemporâneo: concomitante ao processo de globalização do capital nota-se, dialeticamente, a emergência de formas globalizadas de resistência. Isso seria o que Gill chama de “choque das globalizações”, cujas forças seriam representadas pelo Fórum Econômico Mundial e pelo Fórum Social Mundial. Assim, de acordo com Gill tais formas de “resistência transformadora” podem vir do “poder dos despossuídos de poder” – *“power of the powerless”* (Gill, 2003:xiii) –, particularmente quando grupos aparentemente sem poder se agrupam com outros movimentos e forças sociais através do mundo. Em um sentido mais amplo, muitos desses grupos estariam formando um novo partido político transnacional – semelhante a um “príncipe pós-moderno” – que é múltiplo em sua forma e agrega uma série de forças em movimento, podendo ser um começo que aponta em direção a formas alternativas de política no âmbito mundial.

3.2.3. Mark E. Rupert

Por fim, a terceira perspectiva neogramsciana relevante para a presente discussão é a de Mark Rupert. De acordo com Rupert, grande parte das pesquisas sociais (incluindo aí o estudos das relações internacionais) são marcadas por uma compartimentalização de acordo com as divisões entre Estado/sociedade, economia/política, doméstico/internacional e local/global, por exemplo. Tal compartimentalização é algo deveras limitado na medida em que não é capaz de lidar com uma variada gama de relações e processos sociais nos quais os aspectos da realidade social se encontram incrustados. Ora, uma vez que a busca pela transformação dessa realidade social envolve, necessariamente, tais relações e processos, a supracitada limitação passa a ser não apenas analítica mas também

³⁸ Em suas últimas reflexões Gill aponta para a relação entre globalização neoliberal e segurança: *“(...) um dos paradoxos da globalização intensificada, pelo menos nos Estados Unidos (e talvez isto seja verdade em todos os lugares) é que pode haver uma correlação inversa entre a quantidade de riqueza conquistada pelos indivíduos e sua percepção de segurança pessoal”* (Gill, 2004:2).

política, o que aponta, de acordo com Rupert, para a necessidade de se desenvolver uma visão integral da realidade social.

Desta forma, Rupert busca, a partir do foco na intersecção entre a economia política internacional e as relações internacionais, analisar como os Estados e as relações de poder interestatais estão incrustadas e são produzidas através dos sistemas de relações que, dentre outros fatores, incorporam a organização social da produção – organização esta que se encontra estruturada de acordo com as relações de classe, gênero e raça e, neste sentido, é um objeto de contestação constante entre as classes sociais e outros agentes políticos historicamente situados. Assim, vê-se que a política não é algo que se encontra confinado à esfera estatal formal, mas permeia a esfera econômica também. Ou seja, da mesma forma que o Estado e a política interestatal podem moldar profundamente as vidas econômica e social, a “política da economia” pode ter implicações importantíssimas tanto para as formas estatais quanto para as ordens mundiais construídas entre estes. É a partir de tal crítica que Rupert reconstrói a relação entre RI/EPI, buscando para tal empreitada explorar os *insights* da leitura gramsciana do materialismo histórico³⁹.

Rupert busca, a partir de tais referências, suprir o que ele considera ser uma lacuna nas perspectivas neogramscianas, a saber:

“(...) a ausência de uma interpretação explícita da relação entre Gramsci e Marx, a visão fundamental de vida social humana que eles podem ter compartilhado, e a relação entre uma ontologia social marxiana-gramsciana com a teoria e a prática da economia política internacional” (Rupert, 1995:15).

Trabalhando sobre tais questões, Rupert afirma que tanto Gramsci quanto Marx compartilham de um mesmo comprometimento político: ambos são engajados em descobrir e tornar explícita uma ontologia social que subjaz e torna possível o sistema capitalista de produção – ontologia social aqui entendida como um processo de auto-criação social. No processo de construção dessa crítica da realidade social capitalista, a ontologia é radicalizada, ou seja, deixa de ser vista

³⁹ Cumpre oportuno destacar neste ponto que, assim como Stephen Gill que durante o desenvolvimento de seus trabalhos passou a incorporar a contribuição de Foucault, Rupert inicia com uma leitura mais “convencional” – se é que se possa usar tal termo em se tratando de Gramsci – como a de Sassoon (Rupert, 1995:25 nota 19) para, mais tarde, incorporar as contribuições de uma leitura de Gramsci mais ligada aos Estudos Culturais como a de Stuart Hall (Rupert, 1998 e 2000). Contudo, é importante perceber que isso não indica em absoluto o rompimento de Rupert com a tradição materialista histórica.

como algo anterior e constitutivo da realidade conhecida para ser vista como um produto social não acabado, historicamente concreto e contestável. Partindo de tal ontologia social radical, faz-se possível interpretar instâncias historicamente específicas de alienação, instâncias estas que incluem não apenas a “economia” capitalista mas também todas as demais relações sociais concretas nas quais tal “economia” se encontra incrustada – incluindo aí as já mencionadas separações entre público/privado, economia/política. Estado/sociedade, doméstico/internacional e local/global, por exemplo. Assim, a partir de tal perspectiva, as relações internacionais podem ser vistas como relações de alienação historicamente construídas entre comunidades políticas que são, elas mesmas, construídas com base em relações de alienação. Em outras palavras, “*a política internacional pode então ser criticamente entendida como um tipo de alienação de segunda ordem*” (Rupert, 1994:84)⁴⁰.

De acordo com Rupert, a pertinência de Gramsci reside, inicialmente, em sua ênfase no caráter eminentemente político das lutas ideológicas através das quais os agentes sociais concretamente situados passam a se reconhecer e a entender suas relações com o mundo social, bem como as possíveis alternativas a este. Se por um lado Gramsci aceitava a análise da estrutura do capitalismo feita por Marx, por outro ele se recusava a aceitar as interpretações economicistas e mecanicistas que eram feitas da obra de Marx no início do século XX⁴¹. A mudança social progressiva não seguiria de maneira automática os desenvolvimentos econômicos; antes, deveriam ser produzidos por agentes sociais historicamente situados cujas ações se dão a partir dos e são constringidas pelos seus auto-entendimentos sociais. Como e se tais mudanças ocorrem depende das lutas pela delimitação ou expansão dos horizontes de tais auto-entendimentos sociais.

Em seu primeiro trabalho de envergadura Rupert lida com a importância do modo fordista de organização industrial do poder global dos Estados Unidos no século XX, buscando demonstrar as formas pelas quais o fordismo foi produto das

⁴⁰ A alienação de primeira ordem seria aquela que ocorre quando o Estado media entre a objetificação capitalista – isto é, a vida produtiva da comunidade conforme ela é vivida na sociedade civil – e a vida explicitamente comunal na esfera pública. O Estado é, assim, situado como um mediador externo entre a sociedade vista como um grupo de indivíduos auto-interessados e a sociedade vista como uma comunidade política potencialmente auto-determinante (Rupert, 1994).

⁴¹ Cf. Gramsci, 2004:114-167.

lutas políticas – sendo de suma importância as construções ideológicas alternativas de “americanismo” e “democracia industrial” (Rupert, 1995). Tais lutas políticas foram afetadas de maneira importantíssima não apenas pelos conflitos dentro dos locais de trabalho fordistas mas também pelos conflitos concernentes à ordem mundial vigente na qual visões particulares de “americanismo” eram contrapostas ao fascismo e ao comunismo. Desta forma, Rupert desenvolve uma interpretação histórica dos processos (mediados pela ideologia) pelos quais as lutas de classes na esfera da produção condicionam – e são profundamente afetados por – os conflitos concernentes à ordem mundial. Por fim, Rupert sugere que tais estruturas históricas se encontrariam em processo de decomposição e reconstrução – incluindo aí a tendência à globalização das relações econômicas – e que tais processos implicariam altos níveis de contestação política e, assim, novas possibilidades políticas.

Após pesquisar acerca das políticas ideológicas por trás da decomposição do fordismo nos Estados Unidos e da globalização da produção nas últimas décadas do século XX, Rupert encontra três posições distintas com relação ao movimento contra a liberalização comercial nos Estados Unidos: primeiro, uma posição progressista que enfatizava um projeto de democratização das relações econômicas em escala transnacional; segundo, uma posição nacionalista interessada em proteger o nível de emprego e os privilégios globais norte-americano; e terceiro, uma posição neonazista que incitava a xenofobia através de representações racializadas do que seria uma política conspiratória da liberalização global (Rupert, 1997).

Ligados a essa questão se encontram seus estudos acerca do NAFTA (Rupert, 1997 e 2000) – entendido por Rupert como sendo um exemplo historicamente significativo da luta em torno dos significados associados à liberalização transnacional. Na medida em que as estruturas históricas voltadas para o crescimento (keynesianismo e fordismo) foram se esvaindo, o liberalismo característico da ordem mundial pós-II Guerra Mundial (Cox, 1987) foi cada vez mais sendo substituído por um (neo)liberalismo mais austero, e na medida em que a Guerra Fria cessou de prover uma narrativa organizadora para o auto-entendimento norte-americano do mundo, a hegemonia ideológica do liberalismo pós-II Guerra foi cada vez mais perdendo sua capacidade de moldar a imaginação popular. Ora, foi neste contexto histórico-estrutural que os debates acerca do

NAFTA adquiriram uma importância maior: o que se encontrava em jogo nestas discussões era muito mais do que apenas política econômica; na verdade, o debate dizia respeito às questões acerca de mundos possíveis alternativos que seriam impensáveis no contexto anterior da Guerra Fria. Assim, não seria mais possível entender as posições norte-americanas acerca do livre-comércio em termos de “liberais” e “protecionistas”.

Embora existam posições nacionalistas que se encontram em oposição à globalização neoliberal, muitos dos argumentos contrários ao NAFTA – e também à OMC – derivam de uma visão da economia como uma esfera permeada por relações políticas, relações estas que geram um poder social que deveria ser sujeito ao consenso popular e a uma prestação de contas democrática – que em um mundo globalizado requereria a promoção de relações de solidariedade transnacional. Ou seja, tais argumentos representam a crise da ideologia hegemônica do pós-II Guerra Mundial e um expansão dos horizontes tanto da imaginação quanto da ação políticas.

Como consequência de tais questões, Rupert parte para uma análise das políticas ideológicas da globalização e como estas se desenvolveram e se difundiram nos Estados Unidos durante a década de 1990 (Rupert, 2000). Tal ênfase nos Estados Unidos não significa, absolutamente, que as políticas de globalização são reduzíveis às suas manifestações norte-americanas, mas sim que os Estados Unidos permanecem sendo um ator desproporcionalmente poderoso na política mundial e, desta forma, entender as relações entre os Estados Unidos e a economia global é algo deveras necessário para se entender as políticas de globalização de uma maneira mais ampla. É interessante destacar que Rupert buscou integrar a esta análise uma maior sensibilidade com relação às questões de gênero e raça e as formas pelas quais sua construção cultural se relaciona com a (re)produção das classes⁴².

A partir de tal análise, Rupert parte para uma discussão acerca das lutas sociais que emergem a partir dessa nova configuração da realidade social. Os

⁴² De acordo com Rupert, tanto as relações de raça quanto as relações de gênero têm um efeito deveras relevante na formação das classes, o que faz com que, em contextos concretos, as classes não possam ser efetivamente dominantes sem ser elas mesmas determinadas. Contudo, tal afirmação não implica absolutamente uma visão pluralista que vê a as classes como apenas uma dentre várias identidades sociais possíveis e igualmente contingentes. Na verdade, na medida em que a interação produtiva com o mundo natural permanece sendo uma condição necessária da vida

eventos de Seattle, em 1999, são um exemplo. Neste sentido, embora seja possível exagerar na extensão e no significado da globalização (ver, por exemplo, Ohmae, 1996), é possível notar a ocorrência de processos materiais reais que estão criando novas possibilidades para relações sociais transnacionais significativas. Como – ou de fato se – essas possibilidades serão realizadas dependerá dos resultados das lutas sociais contemporâneas, lutas estas nas quais o próprio significado do termo “globalização” é algo fundamental. Rupert reconhece a necessidade de se desenvolver uma visão mais nuançada da globalização, que segundo o autor deve ser entendida como um processo histórico que não é nem novo nem sem precedentes; na verdade, seria um processo incompleto e desigual, ambíguo e frequentemente contraditório em seus efeitos; e que é integralmente relacionado ao processo histórico do desenvolvimento social capitalista (Rupert, 2000).

Rupert enfatiza aqui o significado potencialmente transformador da politização da esfera econômica, que capacitaria os atores econômicos privados a se engajarem em processos políticos que visam a reconfiguração da economia mundial a fim de transformá-la em algo mais sensível a valores sociais mais amplos que apenas o lucro, fazendo da economia, assim, uma esfera mais democrática. As estruturas econômicas não seriam as únicas a serem transformadas por tais movimentos, mas também o seriam as identidades sociais, os interesses e as capacidades dos indivíduos cujas construções ideológicas e atividades materiais moldam nosso mundo (Rupert, 2003a e 2003b).

Como conseqüência da mobilização dos Zapatistas no México, da emergência de uma série de movimentos contrários ao neoliberalismo disseminado mundialmente pelo FMI, pelo Banco Mundial e pela OMC (incluídas aqui as manifestações em Seattle), do pipocar de movimentos ambientalistas, feministas, em defesa dos direitos humanos, das questões de raça e do surgimento do Fórum Social Mundial, por exemplo, notou-se, nos anos 2000 e 2001, um grande otimismo por parte daqueles que buscavam a construção de formas alternativas de política. Contudo, tais movimentos de solidariedade transnacional – ou aquilo que Rupert chama de “Movimento de Justiça Global” (Rupert, no prelo) – foram seriamente desafiados pelas conseqüências dos ataques terroristas de 11/09: a partir daí, a ofensiva estadunidense materializada na “Doutrina Bush”

social humana, a organização social da produção permanece sendo uma condição *sine qua non* para o entendimento das relações sociais de poder (Rupert, 2003a e 2003b).

dá início a um “Momento NeoImperial” no qual o equilíbrio entre consenso e coerção subjacente à supremacia global norte-americana tende ao poder coercitivo. Isso enfraqueceria a luta dos movimentos de solidariedade transnacional pela construção de um senso comum transnacionalizado (Rupert, 2003b) e a importância destes movimentos dentro dos Estados Unidos, que passariam a ser vistos como movimentos anti-patrióticos. Contudo, uma vez que houve um nítido deslocamento rumo à coerção, há também uma crescente dificuldade de manter a legitimidade de tais políticas. Isto, somado ao fato de que o senso comum é sempre contraditório⁴³, abrem-se aqui oportunidades, mesmo que pequenas, para a construção de um bloco histórico contra-hegemônico que vise construir uma maior solidariedade transnacional.

3.3.

As perspectivas neogramscianas e os estudos internacionais (RI/EPI⁴⁴)

Historicamente a tradição marxista tem sido colocada de lado no tocante aos estudos internacionais (Overbeek, 2000). Na verdade, autores conceituados no campo das relações internacionais – como Martin Wight e Hans Morgenthau – consideram o marxismo irrelevante para o estudo das relações internacionais. Kenneth Waltz, por exemplo, afirma ser o marxismo uma clara expressão do que ele chama de “segunda imagem” do conflito internacional: a saber, aquela que vê o conflito internacional como consequência das estruturas internas dos Estados desconsiderando, assim, a dinâmica própria do sistema internacional (Waltz, 2004). Além disso, a própria inserção do marxismo nos estudos internacionais não é algo fácil na medida em que, conforme apontou Fernandes – fazendo alusão a Halliday –, o marxismo não se encaixa muito bem em nenhum dos famosos “debates” da disciplina: o marxismo seria, assim,

“(...) simultaneamente ‘utópico’ (ao formular um projeto alternativo de emancipação social) e ‘realista’ (ao enfatizar os interesses materiais que

⁴³ Para a importância dada por Rupert ao conceito de senso comum, ver Rupert 1994, 1995, 1997, 2000, 2003a, e 2003b.

⁴⁴ Embora os autores neogramscianos partam de uma visão da economia política *global*, foi usado aqui o termo economia política *internacional* devido ao fato deste ser o termo consagrado nos estudos internacionais. Ou seja, se trata apenas de uma tentativa de melhor inserir as perspectivas neogramscianas no debate evitando-se, assim, uma possível confusão. Como é possível perceber, isto só é feito neste ponto uma vez que por toda a dissertação será empregado o termo economia política global.

comandam a ação humana e o papel desempenhado pela força na história); ‘científico’ (ao pretender descobrir leis do desenvolvimento social) e ‘normativo’ (ao destacar explicitamente a vocação transformadora de sua filosofia) (...)” (Fernandes, 1998:111)⁴⁵.

A despeito de tal negligência por parte da disciplina, os autores neogramscianos têm buscado se inserir nas discussões e nas questões que são levantadas nos estudos da economia política global⁴⁶ – ou seja, têm buscado se inserir dentro dos debates epistemológicos dos estudos internacionais. Contudo, a despeito do fato destes autores terem buscado freqüentemente contrapor suas contribuições às teorias convencionais das relações internacionais e à ortodoxia marxista – ou seja, ao imperialismo –, ainda permanecem certas generalizações e equívocos por parte da literatura. Isso fica claro na recente colocação feita por Fiori:

*“(...) o que fica claro com todos os autores e teorias que trabalham, de uma forma ou de outra, com os conceitos de liderança ou hegemonia mundial, é que esses conceitos não são suficientes para dar conta do funcionamento do sistema político e econômico mundial. Eles têm um viés excessivamente funcionalista e não captam o movimento contínuo e contraditório das relações complementares e competitivas do **hegemon** com os demais Estados do sistema durante sua ascensão, mas também não o captam durante o seu ‘reinado’. Em quase todas estas teorias, o **hegemon** é uma ‘categoria virtual’, (...) uma ‘exigência funcional’ (...)” (Fiori, 2004a:18, 19).*

Destarte, visto que ainda é possível perceber uma certa confusão com relação aos diversos usos do termo hegemonia nos estudos internacionais, faz-se extremamente oportuno neste ponto apresentar, mesmo que de uma maneira breve, a relação existente entre as perspectivas neogramscianas e as teorias da estabilidade hegemônica e do imperialismo⁴⁷.

No tocante à relação entre a teoria da estabilidade hegemônica e as perspectivas neogramscianas, alguns pontos merecem destaque. Em primeiro lugar, a teoria da estabilidade hegemônica se caracteriza pelo destaque que dá aos

⁴⁵ Para uma elaboração mais detalhada dessa questão, ver Halliday, 1999:61-69.

⁴⁶ É possível notar um engajamento, principalmente no tocante a Cox, com o realismo em sua vertente clássica – com destaque para E. H. Carr (Mittelman, 1998). Contudo, tal engajamento é limitado na medida em que, ao contrário de grande parte dos autores realistas clássicos, os neogramscianos não partem de uma idéia de natureza humana fixa e imutável mas sim das leituras críticas que Marx, Gramsci e Vico fazem dessa questão. Sobre a relação entre Cox e o realismo, ver também Falk e o que ele chama de “Realismo Crítico” (Falk, 1997) e o conceito de “Novo Realismo” (Cox, 1997b).

⁴⁷ Para uma amostra dos usos mais convencionais do termo hegemonia nos estudos internacionais, ver Robinson, 2004b e o fórum “Hegemony and Social Change” promovido por *Mershon International Studies Review*. Cf. Cox, 1994c.

recursos materiais (Keohane, 1984:32) em detrimento das questões ideológicas, ou seja, da esfera da cultura⁴⁸. Já os neogramscianos enfatizam tanto a mútua influência existente entre as idéias e os recursos materiais quanto a importância da questão do consenso na construção da hegemonia. Em segundo lugar, cumpre destacar o fato de que, para os neogramscianos, a hegemonia não é um fenômeno ligado exclusivamente ao Estado. Ou seja, diferentemente da teoria da estabilidade hegemônica, aqueles vêem a hegemonia no nível global como algo ligado, em última instância, à esfera da sociedade civil – que se encontra influenciada pelos processos de globalização. O Estado é entendido neste ponto como “Estado ampliado”, o que inclui também suas bases sociais rompendo, desta forma, com as concepções mais estreitas de Estado.

Em terceiro lugar vê-se que, de acordo com Gilpin, “(...) a conclusão de uma guerra hegemônica é o início de outro ciclo de crescimento, expansão e eventual declínio” (Gilpin, 1981:210). Como bem notou Keohane, tal afirmação aparenta ser um concepção altamente determinista dos ciclos hegemônicos⁴⁹. Cumpre destacar que as perspectivas neogramscianas – por se encontrarem dentro da tradição materialista histórica – vêem a história como algo dinâmico e dialético ao invés de cíclico. Além disso, tais perspectivas rompem com qualquer tipo de determinismo uma vez que enfatizam de maneira ímpar o papel do sujeito na feitura da história.

Em suma, de acordo com a teoria da estabilidade hegemônica, uma ordem internacional pode existir na medida em que é sustentada por um Estado hegemônico que domina sobre os demais Estados através de sua superioridade e preponderância militar e econômica⁵⁰. Por outro lado, as perspectivas neogramscianas ampliam o conceito de hegemonia incluindo a realidade intersubjetiva e as bases sociais do Estado, deixando assim de entender hegemonia como um simples domínio estatal. Na verdade, uma situação de hegemonia pode prevalecer em uma ordem mundial desde que seja

⁴⁸ É importante notar que essa é uma limitação reconhecida até mesmo por Gilpin: “*Pelo menos nas suas formas menos sofisticadas, a teoria da estabilidade hegemônica tem-se inclinado a dar uma ênfase exagerada ao papel do Estado (...) e tem dado pouca importância às ideologias motivadoras e aos fatores domésticos, às forças sociais e aos desenvolvimentos tecnológicos (...)*” (Gilpin, 2002:112).

⁴⁹ Vale a pena neste ponto conferir também Fiori, 2004a e 2004b.

⁵⁰ Mesmo sendo um crítico da teoria da estabilidade hegemônica, Fiori também partilha desta definição de hegemonia tão comum no realismo: “*(...) a hegemonia econômica (...) nunca será o resultado de um consenso (...)*” (Fiori, 2004a:53).

“(...) baseada em uma conjunção coerente encaixada entre uma configuração de poder material, a imagem coletiva prevalente de ordem mundial (incluindo certas normas) e uma gama de instituições que administram a ordem com uma certa aparência de universalidade (isto é, não apenas como instrumentos evidentes do domínio de um Estado particular)” (Cox, 1986:223).

Destarte, mais propriamente do que tomar o Estado como um dado ou como uma categoria institucional pré-constituída, tais perspectivas enfatizam a construção histórica das várias formas de Estado bem como o contexto social da luta política. Neste sentido a hegemonia é vista como um forma de supremacia mas se refere mais a uma ordem consensual, já que a dominação por parte de um Estado pode ser uma condição importante mas não é, absolutamente, uma condição suficiente para o estabelecimento de uma hegemonia (Cox, 1986)⁵¹.

Já no que diz respeito à relação entre a vertente marxista majoritária da teoria do imperialismo e as perspectivas neogramscianas, também cumpre oportuno destacar alguns pontos. Em primeiro lugar, partindo da supracitada definição (neo)gramsciana de hegemonia, nota-se que uma relação de hegemonia se diferencia de uma relação imperial na medida em que a primeira não pressupõe a dominação de sociedades através de uma superestrutura política coercitiva, mas se baseia basicamente na aquiescência por parte dos grupos e setores subordinados – já que o consenso é parte fundamental da hegemonia.

Em segundo lugar, a despeito do fato de ambas as teorias serem ligadas à tradição materialista histórica, nota-se uma divergência no tocante tanto ao conceito de Estado quanto às questões concernentes à cultura e à ideologia. Não obstante o pensamento de Gramsci apresente uma continuidade dialética em relação ao pensamento de Lênin (conforme visto anteriormente), no tocante à teoria do imperialismo (neste caso, com destaque para a abordagem leninista) é possível perceber que não há uma preocupação com a questão do consentimento daqueles que são objeto das ações imperiais. Ou seja, há uma ênfase nas questões concernentes à relação existente entre a economia internacional e as relações interestatais de poder em detrimento das questões culturais e ideológicas, o que limita deveras a capacidade explicativa da teoria do imperialismo.

⁵¹ Faz-se relevante a reprodução da seguinte passagem de Keohane: *“Como a experiência entre-guerras ilustra, apenas a predominância material não garante a estabilidade ou a liderança efetiva”* (Keohane, 1984:46).

Assim, no que tange tanto à teoria da estabilidade hegemônica quanto às teorias do imperialismo⁵², é possível afirmar que ambas possuem uma concepção inadequada de Estado. No tocante especificamente às teorias do imperialismo, vemos que estas se baseiam em uma teoria instrumental do Estado capitalista, vendo este principalmente como uma ferramenta da fração da classe dominante correspondente aos capitalistas ligados à esfera financeira. Dado este reducionismo, essas teorias são incapazes de relacionar as mudanças no Estado com as mudanças que têm ocorrido no âmbito global – globalização da atividade econômica desde 1945 e, de maneira especial, desde os anos 1960/1970. Ou seja, mudanças no âmbito da economia global geram contrapartidas nos processos políticos: a associação dos governos dos Estados capitalistas mais desenvolvidos com o “capital nacional” se torna cada vez mais difícil. Na verdade, é possível notar aquilo que Gill chamou de “transnacionalização do Estado” – “(...) a modificação de sua forma institucional e de suas políticas pelas forças transnacionais” (Gill, 1990:38) –, o que ajuda a explicar porque não têm havido conflitos entre os Estados capitalistas a despeito das recessões das décadas de 1970 e 1980 (contrariando, assim, as previsões da teoria imperialista).

No que diz respeito especificamente ao *mainstream* das relações internacionais (Neorealismo e Institucionalismo Neoliberal, basicamente), poder-se-ia destacar algumas diferenças epistemológicas importantes: primeiro, as perspectivas neogramscianas buscam fazer uma crítica do empirismo e do positivismo que caracterizam o *mainstream* (Waltz, 1979) devido ao fato de adotarem um historicismo não-estruturalista (Mittelman, 1998; Gill, 1994a e 2003). Segundo, devido ao fato de não entenderem a história e a economia política como uma seqüência ou uma série de momentos isolados que, uma vez agregados, demonstram tanto os processos de mudança quanto as regularidades, tais perspectivas neogramscianas contribuem para a crítica do individualismo metodológico. Em terceiro lugar, ao contrário do *mainstream* que busca desenvolver uma análise “neutra”, as perspectivas neogramscianas se encontram calcadas em uma dimensão ética, o que faz com que questões concernentes à

⁵² A despeito das diferenças, nota-se que há uma semelhança muito grande entre as teorias da estabilidade hegemônica e do imperialismo. Como afirma Keohane, “*Muitas interpretações marxianas de hegemonia possuem uma esquisita semelhança com as idéias Realistas, usando uma linguagem diferente para chegar a conclusões similares. A concepção de hegemonia ideológica de*

justiça, legitimidade e credibilidade moral sejam integradas às análises. Isso se deve ao fato de tais perspectivas partirem da constatação de que a “*teoria é sempre para alguém e sempre para algum propósito*” (Cox, 1986:207).

Além disso, críticas são feitas com relação às questões ontológicas⁵³: ao contrário do *mainstream*, as perspectivas neogramscianas não tomam a ontologia social como algo dado, mas sim como algo historicamente situado e, assim sendo, passível de ser criticado, contestado e transformado. Neste sentido, não há, por parte dessas perspectivas, uma reificação do Estado ou da ordem mundial vigente: na medida em que estes são vistos como fruto de relações sociais concretas historicamente situadas abre-se espaço não apenas para a crítica desses mas também para a crítica das relações sociais que fundamentam tais aspectos da vida social.

Conforme apontado anteriormente, há também uma crítica à compartimentalização característica do *mainstream*, compartimentalização esta que se expressa por exemplo nas divisões entre Estado/sociedade, economia/política, doméstico/internacional e local/global. Tal compartimentalização é algo limitado uma vez que não consegue lidar com uma variada gama de relações e processos sociais nos quais os aspectos da realidade social se encontram incrustados. O objetivo então é o de analisar como os Estados e as relações de poder interestatais estão incrustadas e são produzidas através dos sistemas de relações que, dentre outros fatores, incorporam a organização social da produção – organização esta que se encontra estruturada de acordo com as relações de classe, gênero e raça e, neste sentido, é um objeto de contestação constante entre as classes sociais e outros agentes políticos historicamente situados. Assim, vê-se que a política não é algo que se encontra confinado à esfera estatal formal, mas permeia a esfera econômica também. Ou seja, da mesma forma que o Estado e a política interestatal podem moldar profundamente as vidas econômica e social, a “política da economia” pode ter implicações importantíssimas tanto para as formas estatais quanto para as ordens mundiais construídas entre estes (Rupert, 2003a). Tal visão remete para a necessidade de

Antonio Gramsci, contudo, provê um suplemento interessante para argumentos puramente materialistas, sejam eles realistas ou marxistas” (Keohane, 1984:32).

⁵³ Neste ponto cumpre oportuno destacar outra inserção dos neogramscianos, a saber, no tocante ao debate agente-estrutura. Para maiores detalhes, ver Bieler & Morton, 2001.

uma análise da totalidade social, o que aponta também para a crítica aos “níveis de análise”.

Em suma, é possível resumir as diferenças existentes entre tais perspectivas neogramscianas e o *mainstream* dos estudos internacionais em dois pontos basilares: em primeiro lugar, elas rompem com a Estado-centrismo que é uma premissa fundamental do *mainstream* (tanto o (neo)realismo quanto o institucionalismo neoliberal não colocam em questão o primado ontológico do Estado). Para as perspectivas neogramscianas, tanto a formação estatal quanto a política interestatal são momentos das dinâmicas transnacionais de acumulação do capital e de formação de classe. Em segundo lugar, os neogramscianos rejeitam o reducionismo inerente tanto ao estruturalismo quanto às abordagens orientadas para o ator, adotando uma concepção historicamente embasada da totalidade dialética de agentes e estrutura – o que também leva a uma rejeição do positivismo (Overbeek, 2000; Gill, 1994a e 2003).

3.4.

O outro lado da moeda: As críticas aos neogramscianos

De maneira geral, é possível identificar uma série de perspectivas neogramscianas que buscam analisar a questão da hegemonia na economia política global. Exemplos seriam a abordagem da forma historicamente específica pela qual a produção em massa foi institucionalizada nos Estados Unidos e como essa forma de produção impeliu formas de liderança e de hegemonia mundial centradas nos Estados Unidos no período pós-II Guerra (Rupert, 1995); como extensão dessa análise Rupert analisou as lutas entre as forças sociais nos Estados Unidos no tocante às questões do NAFTA e da globalização (Rupert, 2000). Há também a análise da comissão trilateral (Gill, 1990). Além disso, há também análises da integração europeia dentro do contexto da globalização e o papel das classes transnacionais dentro da governança europeia (Bieler & Morton (eds.), 2001; van Apeldoorn, 2000 e 2001). Há também análises acerca dos processos de internacionalização e de democratização do sul da Europa dentro da economia política global (Holman, 1994); acerca das organizações internacionais, em especial da ONU (Lee, 1995) e acerca da política externa intervencionista dos Estados Unidos nos países periféricos (Robinson, 1996). Ainda no tocante aos

países periféricos, há estudos sobre a política dos Estados Unidos para o terceiro mundo (Augelli & Murphy, 1994) e sobre a relação entre neoliberalismo, hegemonia cultural e comunicação de massas no Chile (Davies, 1999).

Nota-se que há claramente uma variedade de perspectivas neogramscianas lidando com uma variada gama de questões relacionadas à questão da hegemonia na economia política global. Assim como qualquer perspectiva teórica, as perspectivas neogramscianas são alvo de uma série de críticas. De maneira geral, elas são criticadas ou como muito marxistas – por manterem o método materialista histórico como central em suas análises – ou como carentes de rigor marxista.

De acordo com Peter Burnham, as perspectivas neogramscianas acerca da hegemonia padeceriam de um certo “empiricismo pluralista”: uma vez que se encontram demasiadamente preocupadas com articulação da ideologia, elas falhariam em reconhecer a importância central da relação do capital. Destarte, na medida em que garantem igual peso para as idéias e para as capacidades materiais, os neogramscianos obscurecem as relações do capital caindo em um certo idealismo – *“No coração da análise neogramsciana está, neste sentido, um deslize em direção a uma abordagem idealista da determinação da política econômica”* (Burnham, 1991:80)⁵⁴. A partir daí ver-se-ia as categorias Estado e mercado como formas opostas de organização social que operariam separadamente em uma relação externa uma da outra, o que levaria supostamente a uma reificação do Estado que, desta forma, se encontraria separado da relação entre capital e trabalho.

Tal crítica não se sustenta na medida em que, conforme colocado anteriormente, para Cox (Cox, 1987) as relações sociais de produção são vistas como o ponto de partida para se pensar a ordem mundial e a forma como elas engendram configurações das forças sociais. Assim, na medida em que pergunta quais modos de relações sociais de produção dentro do capitalismo têm prevalecido em circunstâncias históricas particulares, o Estado não é tratado como uma categoria inquestionável. Pelo contrário, é visto na verdade como um aspecto das relações sociais de produção, e, embora não haja uma teoria do Estado plenamente desenvolvida, há sem dúvida uma gama de, no mínimo, suposições

⁵⁴ Ver também Burnham, 2000.

implícitas sobre o Estado como uma forma de relação social através da qual o capitalismo e a hegemonia são expressos. Além disso, no tocante à questão das idéias, vê-se que estas, na medida em que são vistas como significados intersubjetivos, são parte integrante da economia política global em si. Não são mais uma variável independente colocada ao lado das propriedades materiais; na verdade, a ênfase na estrutura material da ideologia demonstra uma consciência das mediações ideológicas do Estado.

Um outro tipo de crítica tem enfatizado a tese da internacionalização do Estado proposta pelos neogramscianos. Leo Panitch argumenta que esta visão enfatiza muito o aspecto *top down* das relações de poder e assume a globalização como sendo um processo que procede do global para o nacional, ou seja, de fora para dentro. Desta forma, a partir do momento em que desenvolvem a metáfora de um “cinto de transmissão” do global para o nacional dentro da tese da internacionalização do Estado, haveria uma negligência por parte dos neogramscianos do fato de que a globalização é obra dos Estados (Panitch, 1997:89-96; Burnham, 2000:13-15). Ling e Baker, por sua vez, afirmam ser limitada esta visão de internacionalização do Estado na medida em que: negligencia as interações recíprocas entre o global e o local; negligencia as relações sociais que se reforçam mutuamente dentro da economia política global; ignora os conflitos de classe dentro das formações sociais nacionais (Ling, 1996; Baker, 1999). Em suma, o papel do Estado ainda seria determinado pelas lutas entre as forças sociais localizadas dentro de cada formação social particular mesmo embora as forças sociais possam estar inseridas em estruturas transnacionais.

Como resposta a essas críticas, pode-se afirmar que, conforme colocado por Cox (Cox, 1981 e 1987), o ponto de partida da análise a partir de uma perspectiva neogramsciana pode ser tanto as relações sociais de produção dentro das formações sociais estatais quanto a ordem mundial. Além disso, nota-se que, inicialmente, para Cox (Cox, 1994) o contexto nacional é o único local a partir do qual um bloco histórico pode ser fundado e um bloco histórico alternativo que seja a base de uma estratégia contra-hegemônica transformadora da ordem mundial pode ser construído:

“Em suma, a tarefa de transformar a ordem mundial começa com o longo e laborioso esforço para construir novos blocos históricos dentro das fronteiras nacionais” (Cox, 1994:65)⁵⁵.

Também Gill, embora tenha uma leitura um pouco diferente dos conceitos de bloco histórico e supremacia, aborda as tentativas feitas no sentido de constitucionalizar o neoliberalismo nos âmbitos doméstico, regional e global (Gill, 2003). Em suma, pode-se notar que, se por um lado há um foco nas redes transnacionais de produção e na forma como os governos nacionais têm perdido muita autonomia nos processos de feitura das políticas públicas, por outro não se perde de vista o fato de que os Estados ainda são parte integral neste processo. Em suma, a análise das relações de hegemonia demandam uma abordagem que leve em consideração tanto o local quanto o global (Cox, 1999). Além disso, é claro para Cox (Cox, 1996c) que a internacionalização do Estado e o papel das elites transnacionais (ou *nébuleuse*) na promoção do consenso neste processo permanece sendo algo que demanda um estudo mais detalhado; na verdade, todo o argumento concernente à internacionalização do Estado se baseava em uma série de hipóteses sugestivas para posterior pesquisa empírica – como as pesquisas desenvolvidas por Stephen Gill e William I. Robinson (Gill, 1990; Robinson, 2001, 2004a e 2004b).

Um terceiro tipo de crítica levantada contra os neogramscianos – como a de André Drainville, por exemplo – afirma que estes superestimam a hegemonia do capital transnacional por um lado e subestimam as possibilidades para transformação dentro da ordem mundial por outro. Além disso, critica-se o fato de que, freqüentemente, as pesquisas concernentes às formas de resistência contra-hegemônica são deixadas para pesquisa futura por tais autores. Não obstante a pertinência de algumas críticas com relação à falta de investigações empíricas acerca da resistência no âmbito global, tal crítica não deve ser exagerada⁵⁶. Além disso, deve-se notar que a análise da hodierna configuração de poder das forças sociais não fortalece, por si só, esta configuração nem exclui a investigação acerca das possíveis resistências. Na verdade, a análise das práticas hegemônicas pode

⁵⁵ Além disso, cumpre ressaltar que, a incorporação do “global” nas análises de Cox não implica, absolutamente, a negligência do âmbito nacional nos processos de construção, articulação e manutenção de um bloco histórico. Para uma análise da evolução do pensamento de Cox, ver o subitem 3.2.1 da presente dissertação.

ser vista como um primeiro passo essencial, verdadeira condição *sine qua non* rumo à investigação de desenvolvimentos alternativos potenciais – além do fato de que, via de regra, a resistência só pode lograr êxito na medida em que há um entendimento claro acerca do que deve ser alvo de resistência.

Por fim, nota-se a existência de críticas que enfatizam a necessidade de um maior engajamento, por parte dos autores neogramscianos, com os escritos de Gramsci e, assim, com as complexas questões metodológicas, ontológicas, epistemológicas e contextuais presentes na obra do autor sardo. Randall Germain e Michael Kenny colocam essas questões apontando para o risco de que os autores neogramscianos, uma vez desatentos com relação ao supracitado engajamento, poderiam cair no erro de “buscar por gemas” no pensamento gramsciano a fim de salvar os estudos internacionais, gemas estas que por sua vez estariam completamente descontextualizadas (Germain & Kenny, 1998).

Tais críticas são relevantes na medida em que chamam a atenção para a importância de se manter um engajamento crítico com os escritos de Gramsci. Todavia, o chamado para se voltar Gramsci para seu contexto histórico não implica, necessariamente, a impossibilidade de se aplicar suas idéias tanto no quanto além de seu contexto (Morton, 2003a). Assim, somado às respostas já dadas a essas críticas (Rupert, 1998 e Murphy, 1998), cumpre necessário destacar o fato de que é possível reconhecer o papel desempenhado tanto por formas passadas de conhecimento quanto por condições históricas passadas no processo de modelagem das idéias e relações sociais subsequentes. Este método contribui para que se considere o que pode ser historicamente relevante bem como limitado em uma tradução teórica e política de idéias passadas em relação a condições alternativas.

3.5.

Conclusão: A pertinência das perspectivas neogramscianas

As transformações pelas quais a economia política global vem passando nas últimas três décadas têm questionado de maneira fundamental as teorias convencionais de política internacional. Dentre outras conseqüências, essas

⁵⁶ Cumpre destacar neste ponto que alguns autores neogramscianos têm buscado preencher tal lacuna – vide, por exemplo, os recentes trabalhos de Adam D. Morton e Mark Rupert (Morton, 2002; Rupert, 2003a, 2003b e no prelo).

mudanças têm aberto espaço para esforços que buscam re-vitalizar a tradição marxista e, de maneira mais específica, esforços que buscam introduzir um materialismo histórico não-determinista e não-dogmático nos estudos internacionais.

O presente capítulo buscou apresentar as perspectivas neogramscianas da economia política global. Para tal, buscou-se em primeiro lugar discorrer de maneira esquemática acerca de três autores de destaque prosélitos de tais perspectivas: Robert W. Cox, Stephen R. Gill e Mark E. Rupert. A seguir, foram colocadas as críticas dos neogramscianos tanto com relação ao *mainstream* dos estudos internacionais – com destaque para a teoria da estabilidade hegemônica – quanto com relação à ortodoxia marxista expressa na teoria do imperialismo. Neste sentido, buscou-se não apenas situar as perspectivas neogramscianas no debate teórico das relações internacionais e da economia política internacional mas também situá-las dentro da tradição do materialismo histórico.

Destarte, feitas as breves exposições e comparações, vê-se que, no tocante ao âmbito global, partindo de uma perspectiva neogramsciana é possível redefinir a problemática da hegemonia a fim de incorporar as forças sociais transnacionais à análise. Ora, uma vez incorporada a interação de tais forças sociais, a explicação dos processos históricos é ampliada para além dos confins das abordagens convencionais das relações internacionais e da ortodoxia marxista, tornando possível desta forma a diferenciação entre formas de ordem mundial hegemônicas e não-hegemônicas, bem como a explicação das origens e das condições de existência de cada uma. Tal perspectiva ajudaria, assim, a explicar sob que circunstâncias e condições gerais a cooperação entre os Estados é mais provável, além de dar ferramentas importantes para o estudo da sociedade civil em uma escala global, sociedade civil esta que se encontra organizada em torno de uma gama de princípios hegemônicos acerca tanto da vida política quanto da interação econômica.

Nota-se também que tal perspectiva – partindo do conceito gramsciano de “Estado ampliado” – move a problemática da hegemonia para além do “Estadocentrismo” característico do *mainstream* e do imperialismo. Na verdade, tais abordagens vêem o conceito de hegemonia como sinônimo de dominação, enquanto uma perspectiva neogramsciana “(...) *funde os conceitos de coerção e consenso (...)*” (Gill, 1990:55). Destarte, deve haver uma congruência entre as

forças sociais dos âmbitos doméstico e global a fim de que possa se efetivar, na práxis, uma hegemonia global. Ou seja, faz-se impreterível a existência de uma ação política consciente e a busca do consenso e da legitimidade como necessários à manutenção da hegemonia, uma vez que uma hegemonia só logra êxito quando “(...) *aspectos consensuais do sistema estão na frente, embora a coerção esteja sempre potencialmente por trás*” (*ibidem*).

Vê-se assim que, seguindo o legado de Gramsci, as perspectivas neogramscianas trazem uma grande contribuição não apenas para o entendimento como também para a transformação da política mundial. Além disso, nota-se que os neogramscianos são capazes de dialogar com seus críticos, oferecendo respostas satisfatórias às questões, dúvidas e críticas que são levantadas. Por se tratar de perspectivas que se caracterizam por seu caráter crítico e por suas preocupações emancipatórias⁵⁷, elas avançam em relação às abordagens convencionais supracitadas não somente por apresentarem um “programa de pesquisa” que agrega fatores que eram anteriormente negligenciados (apresentando, por exemplo, um complexo conceito de Estado “ampliado” e incorporando à análise as questões concernentes ao papel da cultura e da ideologia na formação e manutenção da hegemonia no âmbito global) mas também por não se conformarem com a realidade social como ela se apresenta. Assim, partindo do fato de que a realidade social não é algo dado mas construído intersubjetivamente, os autores neogramscianos apresentam, juntamente com a análise da hegemonia em escala global, rotas deveras instigantes para uma possível contra-hegemonia, ou seja, para a construção de um bloco histórico contra-hegemônico que vise o estabelecimento de uma globalização alternativa. Para tal empreitada, faz-se necessário um entendimento claro do conceito de sociedade civil – que é o *locus* por excelência da luta pela hegemonia.

⁵⁷ Relevante neste ponto é a discussão feita por Cox – embasada em Horkheimer (1983) – acerca da diferença existente entre Teoria Crítica e Teoria de Resolução de Problemas. Para maiores detalhes, ver Cox, 1986.